

TSE referenda inclusão de minuta golpista em ação que mira Bolsonaro

Tribunal investiga se houve abuso de poder político na disputa eleitoral do ano passado; ação pode tornar ex-presidente inelegível

Marcelo Rocha

BRASÍLIA O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) decidiu nesta terça-feira (14), por unanimidade, manter minuta golpista encontrada na casa do ex-ministro Anderson Torres (Justiça) nos autos de investigação que pode levar Jair Bolsonaro (PL) à inelegibilidade.

O documento foi anexado à ação que mira o ex-presidente pelos ataques ao sistema eleitoral em reunião com embaixadores no Palácio do Alvorada, em julho do ano passado.

A decisão reforça a tese de adversários do ex-mandatário de que o papel recolhido na casa de Anderson Torres deve ser avaliado no contexto de uma estratégia para desacreditar o sistema eleitoral.

Bolsonaro havia recorrido contra a inclusão do documento no processo, mas o corregedor-geral eleitoral, Benedito Gonçalves, negou o pedido e submeteu sua decisão a referendo do plenário.

O TSE é composto por Alexandre de Moraes (presidente), Ricardo Lewandowski (vice), Cármen Lúcia, Benedito Gonçalves (corregedor-geral eleitoral), Raul Araújo, Sérgio Banhos e Carlos Horbach.

O advogado Tarcísio Vieira de Carvalho Neto, que representa a chapa encabeçada por Bolsonaro no TSE, pediu ao presidente da corte para fazer da tribuna a defesa de seus argumentos contra a inclusão do documento. Moraes negou, sob o argumento de que não há previsão regimental para a sustentação oral na classe de processo em que a controvérsia era discutida.

Em seu voto, Gonçalves afirmou que a apuração que mira Bolsonaro não limita a análise aos fatos inicialmente narrados, devendo examinar tudo que possa influir no julgamento. Existe, segundo o ministro, "inequívoca" relação entre os fatos originais da ação e os novos fatos.

"É inequívoco que o fato do ex-ministro da Justiça do governo do primeiro investigado [Bolsonaro] ter em seu poder uma proposta de intervenção nesta tribunal e de invalidação do resultado das eleições presidenciais possui aderência aos pontos controvertidos, em especial no que diz respeito

to à correlação entre o discurso e a campanha", afirmou.

A minuta golpista foi apreendida pela Polícia Federal durante busca na casa de Anderson Torres, que também é ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal. A apreensão do documento foi revelada pela Folha.

O texto tratava de uma proposta de decreto para instauração de um estado de defesa no TSE e, com isso, reverter o resultado da eleição em que Luiz Inácio Lula da Silva (PT) saiu vencedor. Tal medida seria inconstitucional.

Após deixar o Ministério da Justiça, Torres assumiu a Secretaria de Segurança Pública do DF no início do ano. Na véspera dos ataques do dia 8 de janeiro, ele viajou de férias para os Estados Unidos.

Torres está preso por determinação de Moraes, no âmbito de inquérito do STF sobre os ataques golpistas. O ministro atendeu a pedido da PF no inquérito que apura omissão de autoridades distritais.

Bolsonaro é alvo de uma série de investigações na corte eleitoral sob a alegação de abuso de poder político ou econômico, além do uso indevido dos meios de comunicação na tentativa de se reeleger.

Esse leque pode ser ampliado se houver indícios do uso da máquina pública nos gastos com o cartão corporativo nos meses que coincidem com o período da campanha.

Na ação em que a minuta golpista foi anexada, o corregedor-geral determinou algumas diligências, incluindo oitiva de testemunhas.

Na semana passada, na condição de testemunha de Bolsonaro, o senador e ex-ministro da Casa Civil, Ruy Faleiro (PP-PI) disse que não conhecia o documento. O almirante Flávio Viana Rocha, ex-assessor de Bolsonaro, também afirmou que a desconhecia.

O pedido para incluir a minuta golpista na investigação foi feito pelo PDT, autor da representação que deu início à apuração sobre o encontro de Bolsonaro com embaixadores no Alvorada.

Advogados do partido afirmaram que o papel recolhido na casa de Torres foi o "embrão gestado com pretensão a golpe de Estado" e, portanto,



Essa estratégia de defesa, como facilmente se observa, busca um esvaziamento da legítima vocação da ação para tutelar bens jurídicos de contornos muito complexos, como a isonomia, a normalidade eleitoral e a legitimidade dos resultados

Benedito Gonçalves, corregedor-geral eleitoral, negando a exclusão da minuta golpista dos autos de investigação que pode levar Bolsonaro à inelegibilidade

apto a "densificar os argumentos que evidenciam a ocorrência de abuso de poder político tendente a promover descrédito a esta Justiça Eleitoral e ao processo eleitoral, com vistas a alterar o resultado do pleito".

Ao deliberar sobre a inclusão da minuta golpista nos autos sob sua relatoria, Gonçalves ponderou que a tese do PDT é, desde o início, a de que o discurso de Bolsonaro aos embaixadores, realizado em 18 de julho, não mirava apenas representantes estrangeiros, mas estaria inserido na estratégia de campanha de "mobilizar suas bases" por meio de fatos sabidamente falsos sobre o sistema de votação.

A minuta de decreto de estado de defesa no TSE estaria inserida nesse contexto ao propor a alteração do resultado do pleito, sustentou o partido.

Os advogados de Bolsonaro e de Walter Braga Netto, candidato a vice e também alvo da apuração, argumentaram que a anexação do documento na ação representaria "a admissão de fato novo, e não de documento novo, em momento tão avançado da marcha processual".

Também disseram que a minuta não representa prova para a causa, "uma vez que é apócrifa", que não foi encontrada em posse dos investigados e nem é assinada por eles. Além disso, sustentou não haver indícios de que a dupla tenha participado de sua redação ou que tenha agido "para que as providências subsequentemente pretendidas pelo documento fossem materializadas".

O corregedor geral, porém, sustentou que o documento se conecta às alegações iniciais da autora da ação, no sentido de que o discurso de Bolsonaro no encontro com embaixadores "era parte da estratégia de campanha consistente em lançar graves e infundadas suspeitas sobre o sistema eletrônico de votação."

"Essa estratégia de defesa, como facilmente se observa, busca um esvaziamento da legítima vocação da ação para tutelar bens jurídicos de contornos muito complexos, como a isonomia, a normalidade eleitoral e a legitimidade dos resultados", disse Gonçalves.



LULA DIZ QUE VAI TIRAR BOLSONARISTAS 'ESCONDIDOS ÀS PENCAS' NO GOVERNO Durante evento de recriação do programa Minha Casa, Minha Vida, em Santo Amaro (a 80 km de Salvador), o presidente pediu paciência aos seus apoiadores, disse que ainda está terminando de montar sua equipe e que o ministro da Casa Civil, Rui Costa, tem a responsabilidade de "tirar aquela gente infiltrada" Arisson Marinho/AFIP

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Página:** 4